

in Burghard Baltrush (ed.), «*O que transformou o mundo não foi uma utopia, foi uma necessidade*»: *Estudos sobre utopia e ficção em José Saramago*, Berlin, Frank & Timme GmbH Verlag, 2014, pp. 95-126.

Conferência do 9. Deutscher Lusitanistentag, Viena, 14- IX-2011.
O texto abaixo difere em algum *editing* do texto impresso.

José Saramago e a iberização do português. Um estudo histórico.

Fernando Venâncio
Universidade de Amsterdam

Não incluído no texto impresso:

Começo por agradecer o gentilíssimo convite para estar neste Congresso de lusitanistas de língua alemã, em Viena. É para mim uma honra, é um prazer, e também oportunidade de exprimir uma mais geral gratidão. O Português e o estudo da sua história devem muito a gerações de competentíssimos e empenhados investigadores de língua alemã, que fizeram, e continuam a fazer, um trabalho que nunca suficientemente agradeceremos.

Um dia, o ensaísta António José Saraiva descreveu a arte da escrita de António Vieira do modo seguinte: «Qualquer leitor de Vieira admira o relevo, a clareza da escolha e a tensão que sabe dar às palavras, quase a cada palavra. Não há nele palavras átonas, indiferentes, lânguidas. Cada uma parece ocupar o lugar que lhe está destinado, como em estado de alerta» (Saraiva: 1996, 9). Este retrato linguístico não individualiza, decerto, António Vieira, já que é válido para todo o grande prosador, em qualquer idioma. No século XX português, o mesmo diagnóstico serviria a Miguel Torga, a José Cardoso Pires, a Mário de Carvalho. Mas tem de dizer-se que alguns elementos do retrato definem agudamente a experiência de quem lê Vieira: o *relevo* de cada palavra, a *tensão* entre elas, o *estado de alerta* em que parecem estar.

Esta lição de escrita foi bem aprendida por José Saramago. Ao lê-lo, a experiência do relevo, da tensão, do estado de alerta, repete-se de contínuo. Há, neste tipo de escrita, um transparente avaliar da adequação e da oportunidade para cada vocábulo, um cálculo milimétrico dos efeitos, enfim, um infundável desassossego. Ler por alto, para apreender sem grandes esforços o conteúdo, não funciona

num autor assim. Ou se entra no jogo da tensão e do alerta, ou não vale a pena lê-lo.

Que o prosador Saramago aprendeu este tipo de preocupações e conseguimentos com a leitura de Vieira está longe de ser especulativo. Uma análise, mesmo que superficial, da escrita de um e de outro permitirá concluí-lo. Mas o próprio Saramago nos facilitou a tarefa. Já em 1983 afirmava, numa entrevista: «António Vieira é uma dívida que reivindico. Sei que, profundamente, é o verbo vieiriano que vai ressoando no meu cérebro enquanto escrevo». Não é, como veremos, a única dívida que Saramago reivindica. Também a Garrett e a Cervantes se declara empenhado devedor. Mas são nítidas a frequência e a intensidade das suas referências a António Vieira.

Em 1996, diz que tem com o prosador seiscentista «uma relação de linguagem», e que essa escrita no «limiar do inefável» exerce nele «uma espécie de atracção». Concede, ainda assim, que Vieira «se perde, muitas vezes, em conceptismos e ocultismos um tanto exasperantes» (Baptista-Bastos: 1996, 38). E seja-nos permitido lembrar que, para alguns leitores de Saramago, esta última caracterização serviria perfeitamente ao romancista. Pouco mais tarde, em 1998, afirmaria que Vieira «é, e continua a ser, um mestre». E ainda: «As estruturas da minha narrativa têm muito a ver com esse fluxo narrativo que é o da prosa do padre António Vieira», nos *Sermões*, mas não menos nas *Cartas*. É que «nas *Cartas* talvez seja mais visível ainda essa relação, porque a carta é mais oral» (declarações de 1998, revista *Ler*, 93, 2011). Anote-se, de passagem, que os sermões vieirianos estão efectivamente longe de uma oralidade. Vieira redigiu-os à mesa de trabalho, dezenas de anos depois de, com base em anotações, os ter pronunciado de improviso. Por fim, e a um ano de falecer, Saramago escreveu ainda: «Isto a que chamam o meu estilo assenta na grande admiração e respeito que tenho pela língua que foi falada em Portugal nos séculos XVI e XVII. Abrimos os *Sermões* do Padre António Vieira e verificamos que há em tudo o que escreveu uma língua cheia de sabor e de ritmo, como se isso não fosse exterior à língua, mas lhe fosse intrínseco» (*Outros Cadernos de Saramago*, 8-IV-2009).

Um sólido estudo sobre a presença de Vieira na escrita de Saramago foi feito por Patrícia Isabel Martinho Ferreira (2009).

Esta proximidade, assumida e sublinhada, é tanto mais curiosa quanto também os percursos do civil António Vieira e do civil José Saramago apresentam paralelos deveras impressionantes. Ambos foram cidadãos interventivos, infatigáveis até ao fim das suas longas vidas (morreram os dois com quase 90 anos): Vieira com os seus sermões, que eram, não raro, ensaios políticos disfarçados de oratória sacra, e Saramago com as suas crónicas em jornais e outras tomadas de posição pública. Em ambos a intervenção política chegou a ser directa: Vieira foi, durante largo tempo, o principal conselheiro do rei, Saramago foi presidente da Assembleia Municipal de Lisboa. Ambos tiveram, também, sérios enfrentamentos com o poder estabelecido, indo mesmo ao abandono do país. Ambos foram convictos visionários iberistas, perseguindo uma ‘utopia ibérica’: Vieira conspirando para uma nova união das coroas, mas desta vez com capital em Lisboa, Saramago profetizando uma integração de Portugal em Espanha.

Ambos foram, na cultura do seu tempo, o português internacionalmente mais conhecido. Acrescente-se que ambos tiveram honras fúnebres de Estado. Sabe-se, ainda, que Saramago se propunha escrever, um dia, uma «biografia romanceada» do padre António Vieira (Lopes 2011: 92).

As outras duas ‘dívidas’ declaradas do prosador Saramago foram, já o dissemos, Almeida Garrett e Miguel de Cervantes.

Numa entrevista de 1989, declarou ele: «Tenho uma tendência digressiva, que tem exemplo na nossa literatura e o melhor é o do Almeida Garrett». Em 2003, também numa entrevista, esclarecia: «Sou incapaz de narrar uma coisa em linha recta. Não quer dizer que me perca no caminho: quando encontro um desvio, entro por ele e depois volto por onde ia. Se houver um antepassado directo meu na literatura portuguesa, esse é um poeta, dramaturgo e romancista do século XIX que se chamou Almeida Garrett. O meu gosto pela digressão recebi-o desse autor». E, por fim, em 2008, igualmente entrevistado, diz: «Nos últimos tempos cheguei a uma conclusão – que eu não tinha reconhecido como tal –, de que, no fundo, a grande influência literária na minha pessoa, na minha maneira de escrever, na minha maneira de encarar a questão do relato, da narração, foi o Almeida Garrett. Tornou-se-me claro, evidente, luminoso, nos últimos tempos».

Isto poderia provocar alguma perplexidade. Afinal, a «grande influência» foi Garrett ou foi Vieira? É preciso dizer (e eu tenho alguma experiência de entrevistador) que a situação de ‘entrevista’ produz habitualmente no entrevistado uma espécie de euforia, nascida de um processo, rápido e incontrolável, de auto-esclarecimento, de um ‘pôr ordem’ na vida. Daí as afirmações absolutizantes, em que não poder buscar-se, menos ainda exigir-se, coerência com produtos de situações anteriores. E, no entanto, o que vemos afirmado nesses transes de autognose é preciosíssimo para o conhecimento de um indivíduo que nos interessa. Parece claro que a ‘digressão’ saramaguiana deve muito a Garrett (vamos vê-lo num exemplo) e que a lição de Vieira recobre outras prestações, mais genéricas, como o ‘sabor’ e o ‘ritmo’ da linguagem, o ‘fluxo narrativo’, ou o ‘limiar do inefável’, para usar os seus termos.

E, no entanto, se algum livro o nosso escritor levaria para a proverbial ilha deserta, ou salvaria do funesto incêndio, foi escrito por Cervantes. Di-lo Saramago em 1996: «O Cervantes foi desde muito novo uma leitura minha, algumas das *Novelas Exemplares*, mas sobretudo o *D. Quixote*. Mas certas características minhas vêm daí, vêm por absorção não consciente, mas sim por indução, por penetração, não pela mente, mas pela pele. É como se, ao ler Cervantes, me desse conta de que aquilo também era meu, mas não de uma forma consciente» (Baptista-Bastos, 1996, p. 39). E, uns anos depois, a aludida formulação apocalíptica: «O *Quixote* é o tal livro que se leva para a ilha deserta, o tal livro que se salvaria do incêndio de todos os livros, pelo menos é o livro que eu salvaria» (declarações de 1998, revista *Ler*, 93, 2011). A ‘utopia linguística ibérica’ que já referi (e de que ainda nos ocuparemos) tem raízes vieirianas, decerto. Mas o contacto directo com o castelhano de Cervantes teve de ser também decisivo, um contacto, como se vê, tão peculiar e de tão longa data. É

nessa contiguidade com a lição de Vieira, e com o idioma espanhol, que José Saramago se inscreve na nossa história cultural, e particularmente linguística. Mas comecemos por Almeida Garrett.

*

A arte da digressão, sugere Saramago, aprendeu-a ele no Garrett das *Viagens na minha terra*, de 1846. Há todos os motivos para crê-lo. Garrett foi o grande renovador da prosa portuguesa de Oitocentos. A sua escrita folhetinística (que é a das *Viagens*) enfeitiçou os contemporâneos – Lopes de Mendonça, Latino Coelho – e influenciou, pouco depois, também Júlio César Machado e Eça de Queirós. Vejamos um trecho:

Frades... Frades... Eu não gosto de frades. Como nós os vimos ainda os deste século, como nós os entendemos hoje, não gosto deles, não os quero para nada, moral e socialmente falando. No ponto de vista artístico, porém, o frade faz muita falta.

É um exemplo de ‘digressão’, e um bom exemplo. Quase não há subordinação, o pensamento flui espontâneo, há mesmo um minúsculo anacoluto («Como nós **os** vimos ainda **os** deste século»), há um contraste inesperado («o frade faz muita falta»). Estamos longe, muito longe, do hieratismo clássico, do famigerado ‘arredondamento do período’. Era uma estética inédita em Portugal e que será contraposta à estética tradicional, tida por pesadona, sem brilho, fradesca, à imitação, segundo Antero de Quental, das «algaravias místicas de frades estonteados» (texto de 1865).

Em Saramago, este movimento fluido, sem um final definido, é recorrente, mas o mais acabado exemplo de digressão pode ter ficado já em 1978, em *Objecto quase*. É o início do conto «Refluxo». Há uma sucessão de perspectivas, de que aqui se destacam as ‘articulações’.

Primeiramente, **pois** tudo precisa de ter um princípio, **mesmo** sendo esse princípio aquele ponto de fim que dele se não pode separar, e dizer «não pode» **não** é dizer «não quer» ou «não deve», **é** o estremo não poder, **porque** se tal separação se pudesse, é sabido que todo o universo desabaria, **porquanto** o universo é uma construção frágil **que** não aguentaria soluções de continuidade – primeiramente foram abertos quatro caminhos.

Observamos uma progressão no pensamento (é difícil chamar-lhe ‘raciocínio’), procedendo por acumulação, uma acumulação indefinida, em que cada nova perspectiva poderá nunca ser a última.

*

A digressão é, em Saramago, uma técnica recorrente, sim, mas não a dominante. Dir-se-ia que antes nele predomina a feitura tradicional, aquela que poderia apelidar-se de ‘seiscentista’, e mais exactamente vieiriana. Ou, com menos cerimónia, a tal ‘algaravia’ dos ‘frades estonteados’, próxima daquilo a que José Cardoso Pires chamou «sintaxe rural», contraposta à «sintaxe urbana». É um tema a que regressaremos.

Predominam, pois, as marcas da estética seiscentista, a de António Vieira, a de Manuel Bernardes: a complexidade sintáctica e mental, os jogos da subtileza e do paradoxo. Isto produz, em Saramago, como produzira em Vieira, passagens fulgurantes, de uma frescura e uma novidade que fascinam. Observemos três pequenos trechos, respigados em *Todos os Nomes*, de 1997, de propósito, fora do círculo dos ‘grandes’ romances saramaguianos.

Quanto aos pensamentos metafísicos, meu caro senhor, permita-me que lhe diga que qualquer cabeça é capaz de os produzir, *o que muitas vezes não consegue é encontrar as palavras.*

Seria o cabo dos trabalhos dar com a desorientada ficha para nela inscrever qualquer dos averbamentos ocorrentes e comuns, o de casamento, o de divórcio, o de morte, *dois mais ou menos evitáveis, o outro nunca.*

Homem, não tenhas medo, a escuridão em que estás metido aqui não é maior do que a que existe dentro do teu corpo, *são duas escuridões separadas por uma pele*, aposto que nunca tinhas pensado nisto.

Predomina, também, uma gramática classicizante, de morfologia e sintaxe próprias, isto é, hoje com menos uso. Nas seguintes passagens, essa morfologia é destacada em negrita, a sintaxe em itálico.

E talvez não tenha sido assim, talvez numa noite qualquer destas Faustina tivesse dito a João Mau-Tempo, **porventura** *o interrompendo em seus pensamentos* de pôr amanhã papéis no buraco duma árvore combinada,
Levantado do chão

Neste caso da História do Cerco de Lisboa, *já sabe Romeu* que não encontrará motivos bastantes de embevecimento, embora Raimundo Silva, na conversação preambular e **algo** labiríntica sobre as emendas dos erros e os erros das emendas, tenha dito ao autor que gostava do livro, e, de facto, não mentiu.
História do cerco de Lisboa

Tivessem eles executado as ameaças, e mais injustiças viriam agravar a situação, **acaso** com consequências dramáticas imediatas, **porquanto** duas das camaratas, para ocultarem o

delito de retenção de que eram culpadas, se apresentaram em nome de outras,
Ensaio sobre a cegueira

O coche arquiducal está por aí **algures**, mas não se vislumbra nem o rasto dele, e da galera das forragens, que deve vir atrás, **tão-pouco** há notícias.
A viagem do elefante

A feição ‘seiscentista’ dessa morfologia pode ser ilustrada em passagens de autores do período. Observemos os casos de *porventura* e *porquanto*.

Não há no homem afeição mais desculpável que a da pátria. Assi ela a soubesse pagar! Se não foi *porventura* providência.
Francisco Manuel de Melo

Entre as tentações de França acerca de nossas conquistas, ouvi dizer em Lisboa e aqui que não deixa de ser uma, e *porventura* a principal, o Rio de Janeiro, ajudando-se a ambição uma espécie de justiça.
António Vieira

Se pudera aqui dizer com o Apóstolo: *Porventura* não tendes casa onde comais e bebais, e vindes desprezar a igreja?
Manuel Bernardes

Confesso-vos que me deu riso, sobre indignação, quando li nesse tempo a cédula real, donde se manifestavam as razões de sua conveniência, tomando-se, entre os mais, por principal motivo que, *porquanto* Sua Majestade desejava atalhar os vícios e fraudes que nas escrituras se faziam, mandava interpor aquele papel público, a fim de evitar conluios e desconcertos.
Francisco Manuel de Melo

No Brasil se tem feito um catecismo da língua da terra, que, por ser muito largo nos pareceu se devia reduzir a menos perguntas, *porquanto* os índios desta terra não estão ainda capazes de tanto, nem nós podemos ter com eles a assistência que se requer para tão dilatado modo de doutrina.
António Vieira

São Pedro Maurício [...] ordena que o monge que tiver a seu cargo tirar vinho para as missas da noite de Natal tire um pouco de cada tonel ou vasilha de todas as que estiverem na adega, *porquanto* diz que há experiência certa de que a vasilha donde se tirou o vinho para as missas daquela felicíssima noite não se turba nem esfria nem azeda.
Manuel Bernardes

São essas e outras marcas ‘classicizantes’ frequentes em Saramago? Algumas são-no, tanto em frequência absoluta (ou seja, no contexto do vocabulário do romancista) como em frequência relativa (isto é, numa comparação com escritores contemporâneos). Abaixo vão alistados alguns *pronomes*, *advérbios* e *conjunções* de restrito uso na escrita contemporânea. Indica-se o número de ocorrências na obra ficcional de Saramago. Em itálico, para dois casos, mencionam-se as ocorrências num conjunto de obras de ficção portuguesa do século XX, segundo o *Corpus do Português* de Mark Davies e Michael Ferreira. Este *corpus* está longe de reunir a nossa actual produção novelística, mas permite detectar peculiaridades, neste caso saramaguianas.

porventura	111	263
porquanto	100	172
consoante <i>adv.</i>	77	
acaso <i>adv.</i>	70	
tão-pouco	36	
algo <i>adv.</i>	21	
algures	11	
adrede	6	
doravante	6	
tão-só	6	
ademais	5	
avonde	5	
malamente	5	
outrem	5	
tirante <i>adv.</i>	5	
aqueloutro	4	
outrossim	3	
deveras	2	
debalde	1	

Constata-se uma superabundância de formas como *porventura*, *porquanto*, *tão-pouco* e dos advérbios *consoante* (conforme), *acaso* (talvez) e *algo* (em algum grau). Das restantes frequências, algumas são ainda notórias: os casos de *adrede*, *avonde*, *malamente* e *tirante*. Mas, em contrapartida, é notória a infrequência de outras formas, com destaque para *doravante*, *tão-só* e *deveras*.

Voltaremos a algumas destas frequências num outro contexto.

*

Serão estas marcas lexicais e gramaticais suficientes para fazer de Saramago um ‘seiscentista’ que se enganou de século? Numa apreciação superficial, seríamos tentados a afirmá-lo. A realidade é que Saramago não ‘faz’ seiscentismo, não ‘faz’ anacronismo. Constrói, sim, uma *sugestão* classicizante. É um seiscentismo *ritualizado*.

Para tornar-nos isso claro, concebeu José Saramago um estratagemas. Em *História do cerco de Lisboa*, põe em cena dois textos seiscentistas autênticos, decerto esperando que o discernimento do leitor faça o resto. É como se o escritor dissesse (e imito a linguagem despachada que, nesse romance, ele pôs na boca de Afonso Henriques): «Vocês chamam-me seiscentista, mas estão bem enganados. E para mostrar-vos isso, aqui deixo uns textos em autêntico seiscentista, e vocês vão comparar».

Há, primeiro, uma longa citação da *Crónica de D. Afonso Henriques*, de Frei António Brandão, de 1632, integrada na sua célebre *Monarquia Lusitana*. Numa passagem aqui reproduzida, destacam-se arcaísmos (em itálico) e anacolutos (em negrita).

Estando o infante neste alegre sonho, nem bem dormindo, nem de todo acordado, entrou na tenda João Fernandes de Sousa, *de sua câmara*, e *lhe fez a saber* como a ela chegara um homem velho, o qual pedia audiência e, segundo dava a entender, **era** sobre negócio de muita importância. Mandou o infante que entrasse sendo cristão e, *tanto que* o viu, reconheceu ser o mesmo que acabava de ver em sonhos, **com que** ficou sumamente consolado.

Um segundo texto, depois, é aduzido. Trata-se de uma biografia de Santo António de Lisboa, *Sol nascido ao Ocidente e posto ao nascer do sol*, de Brás Luís de Abreu, saída em 1725. Aqui destacamos, primeiro, uma sintaxe ousada e, em seguida, um caso de redundância.

Não se descuidavam aqueles pássaros de mau agouro, que vivendo na funesta noute dos seus erros só rendem sua altivez obstinada às armas da luz, *de maquinar* contra a sua vida venenos disfarçados, *contra a sua honra diabólicos artificios*, *contra a sua reputação infernais inventos*, solicitando, quanto o podiam alcançar as forças da sua malícia, desacreditar e obscurecer as luzes de tanta doutrina, os troféus de tamanha santidade.

Saramago não o explicita em lado nenhum, mas percebe-se-lhe o intuito de forçar a uma comparação entre a sua cuidadíssima prosa e o desleixo dos dois textos que nela inseriu. Mas não era tudo ainda. O protagonista Raimundo Silva, sabemos-lo, está a redigir uma «História do cerco de Lisboa», mas só no fim do romance, nas págs. 331 e seguintes, temos acesso a esse texto. Reproduzo uma passagem, destacando os lugares-comuns em que a escrita do protagonista abunda. Assinale-se, ainda, o arcaísmo *moimento* para ‘monumento fúnebre’.

Voltara frei Rogeiro a *dormir a sono solto*, sonhando que alguma comida avariada lhe causara aquele molesto sonho, quando tornou a entrar o cavaleiro, outra vez o sacudiu e despertou, e disse, Não durmas, frade, que eu ordenei-te que fosses buscar o meu escudeiro *à cova onde jaz* longe de mim, e tu bem me ouviste e não fizeste caso [...] Aonde terá ido frei

Rogeiro buscar as forças necessárias ao *hercúleo trabalho* que lhe tinha sido assinado, não se sabe, presumindo-se que ao próprio medo que sentia, mas em pouco tempo abriu a sepultura e retirou o escudeiro, que às costas transportou para o barco, e, *alagado em suores* frios e quentes, regressou ao ponto de partida, acarretou o *tremendo peso* pela encosta acima até S. Vicente, e ao lado do moimento do cavaleiro fez nova cova e nova sepultura.

*

A ocorrência desse arcaísmo dá-nos azo para o comentar de uma afirmação de José Saramago a respeito desses vocábulos caídos em desuso. Numa entrevista de 1986 (e destacamos alguns dos termos), disse ele: «Utilizo muitas vezes os arcaísmos para acentuar o *humor* ou a *ironia*. Não o faço como quem cultiva arcaísmos, mas como quem pretende – e peço desculpa se não corresponder – *rejuvenescer* a língua». São afirmações, estas, em si interessantes, mas que não primam pela coerência. Em entrevistas, é certo, alguma incoerência não é coisa rara. Mas, que se saiba, é a única vez que Saramago aborda o tema, o que torna, à falta de melhor, esta passagem preciosa.

Os arcaísmos serviriam, para Saramago, dois propósitos: sublinhar o ‘humor’ ou a ‘ironia’, e ‘rejuvenescer’ a língua. São propósitos muito díspares, e, na realidade, mutuamente excludentes. Um arcaísmo que transporta humor ou ironia é, por definição, um arcaísmo de circulação necessariamente restrita, pois ele funciona com base num desuso. Um arcaísmo com que se quisesse ‘rejuvenescer’ o idioma aspiraria, pelo contrário, a um alargamento da circulação. Estamos, pois, perante conjuntos distintos, e irredutíveis.

Mas o projecto é, se possível, ainda mais inglório. Não só não se detectam (eu não detectei) usos humorísticos ou irónicos de arcaísmos em Saramago, como os arcaísmos são nele, em termos absolutos, quase inexistentes. Uma das características de Saramago é, exactamente, a actualidade do seu vocabulário. E, na realidade, só consegui encontrar um arcaísmo que merecesse alguma atenção: *malamente*.

Esta palavra aparece 5 vezes na obra novelística de Saramago. No nosso idioma, o último registo do vocábulo datava de 1505, há portanto meio milénio. Poderia supor-se que, lido agora em Saramago, o vocábulo reentrasse em uso. Mas a probabilidade disso é mínima. E a razão está na indefinição em que a palavra é deixada. Essa ‘indefinição’ resulta, para sermos exactos, de uma demasia de significados.

águas abundantes que em menos de um minuto fizeram desaparecer da face da terra, literalmente, o artificioso líquido *malamente* denominado Fonte de Juventa.

História do cerco de Lisboa

sem dúvida demandareis a pátria dos mouros que sois e donde
malamente viestes, deixando-nos o que nosso é
História do cerco de Lisboa

uma horda de palhaços e mandarins, de bobos e enfermeiras,
de esquimós e assírios de barbas, todos *malamente* disfarçados
de peles-vermelhas.

A caverna

na formulação das quais [leis] não metemos mais prego e mais
estopa que as palavras com que *malamente* as nomeamos,
Ensaio sobre a lucidez

do ministério, ou, para falar com precisão, do ministro do
interior, logo *malamente* atirado para as pacientes costas da
d direcção da polícia,
Ensaio sobre a lucidez

Como se observa, o vocábulo surge com valores díspares: ora o de
erradamente, ora o de *desajeitadamente*, ora o de qualquer coisa como
perfidamente. Esses valores não são só díspares, eles são-no, como se
disse, demasiado. Isto basta para não augurar grandes êxitos a um
regresso de *malamente*.

*

Mais genericamente, a toada saramaguiana – tanto parece claro –
propõe-se recuperar uma estética velha de séculos, e isto sem incorrer
naquilo que ela tinha de mais frágil: uma prosa desconexa, deslavada,
sem frescura nem brilho. Pode ser uma estética para o nosso tempo. E
é-o, de certeza, haja vista os altos conseguimentos do ficcionista
Saramago. Mas não é a estética *do* nosso tempo. Isto coloca a escrita
saramaguiana no âmbito da «sintaxe rural» e longe dessa feitura que o
século XX criou, designada como «sintaxe cidadina». Estou,
manifestamente, a servir-me de uma perspectiva e uma terminologia
divulgadas por José Cardoso Pires.

Vimos, há pouco, os impressionantes paralelos entre a
personalidade civil de Saramago e a de Vieira. O paralelismo de
Saramago com Cardoso Pires é igualmente notável. Começemos pelo
mais óbvio: Cardoso Pires e Saramago foram os dois maiores artistas
da palavra na literatura portuguesa do seu tempo. Foram prosadores de
uma inventividade, um virtuosismo e uma ductilidade únicos. Na
minha opinião, dois verdadeiros génios. Ambos foram cidadãos
interventivos, associaram-se a causas, assumiram riscos. No campo
literário, foram romancistas, cronistas, ensaístas. Ambos
desenvolveram actividade editorial, fizeram crítica de literatura, foram
empenhados jornalistas. Ambos se auto-exilaram por razões políticas:
Pires por uns anos, Saramago definitivamente.

E, no entanto, vivendo e escrevendo durante décadas na
mesma cidade, Lisboa, não se lhes conhece qualquer cumplicidade

pessoal ou sequer profissional. Habitaram mundos literários e estéticos pouco comunicáveis, até do ponto de vista da sociabilidade. Cardoso Pires movia-se, e pontificava, na elite literária. Fundou e dirigiu uma revista cultural de vanguarda, *Almanaque*, e um suplemento literário, *A Mosca*, igualmente ‘último grito’. Era íntimo de neo-realistas e surrealistas. As suas cumplicidades literárias incluíam Alexandre O’Neill, Fernando Assis Pacheco, José Cutileiro, Sttau Monteiro, Vasco Pulido Valente e, em fase posterior, António Tabucchi e António Lobo Antunes. Em suma, a fina-flor do Chiado e o *bas-fonds* do Cais do Sodré. Nada disto coube a Saramago. Nunca esteve em nenhum ‘clube’, mesmo informal. Os seus amigos escritores, sempre poucos, nunca pertenceram à ‘elite’, e os mais confidentes deles, Rodrigues Miguéis e Jorge de Sena, tinham-se fixado no estrangeiro. Portas adentro, Saramago foi, autenticamente, um corredor solitário.

As relações pessoais entre escritores podem ter menos importância para a literatura (na acepção diáfana, laboratorial, do termo), mas têm-na, certamente, para a história literária. O conhecimento das apreciações mútuas de autores contemporâneos pode iluminar factos e posições que os textos não reflectiram. Por isso nunca parámos de investigar as relações de Eça e Camilo. Por isso tem tanto interesse conhecer o que pensavam um do outro António Vieira e Francisco Manuel de Melo. Eu próprio tive oportunidade de reconstituir as relações de Castilho e Herculano pelos anos de 1840 e, com isso, obter um entendimento mais exacto, suponho, da Questão Coimbrã, ocorrida na década de 60.

O nosso escasso conhecimento das relações de Saramago e Cardoso Pires, afinal tão mais próximos de nós, tem provavelmente uma razão algo decepcionante: essas relações praticamente não existiram.

Não conheço nenhuma referência de Cardoso Pires ao seu célebre colega. Não sabemos, portanto, o que pensava exactamente de Saramago. Ainda assim, alguma especulação nos é permitida. Cardoso Pires achava que a prosa portuguesa tinha, demasiado tempo, sido «submetida a uma sintaxe rural». Era uma referência, muito concreta, à obra de Miguel Torga, mas englobava bastante mais. Esse tipo de prosa foi, segundo ele, ultrapassado pela «sintaxe cidadina» desenvolvida por Almada-Negreiros, autor que «tem um lugar muitíssimo importante na renovação da nossa escrita» (Portela: 1991, 59-60). Podemos tranquilamente inferir que, para Cardoso Pires, também a prosa ficcional de Saramago se inseria nessa modalidade «rural», que, a seu ver, tinha os dias contados. E para que tudo bata certo: sabemos que Torga foi um dos raríssimos prosadores portugueses *vivos* (na realidade, só dois, o outro era Luiz Pacheco) por quem Saramago exprimia uma admiração rasgada.

Repare-se que Saramago tem noção nítida da novidade que a escrita de Almada constituiu. Em declarações de 2009, ouvimos-lhe isto: «Para mim, Almada Negreiros é o responsável pela segunda grande revolução estilística da nossa língua e da nossa literatura. A primeira foi a do Garrett, com as *Viagens na minha terra*, e a segunda foi a do Almada Negreiros com o *Nome de Guerra*». Há aqui um incontestável reconhecimento, mas nenhuma expressão de uma dívida.

Não, a frase sabiamente desleixada, reguila, ‘cidadina’, de Almada-Negreiros não era, definitivamente, a sua praia estética.

As referências de Saramago a Cardoso Pires existem, é um facto, mas são de um jaez que diríamos sóbrio, comedido. Não são, aliás, mais que duas, distam entre si 30 anos e a segunda foi, vendo bem, provocada.

Em Outubro de 1968, Saramago, então crítico literário na *Seara Nova*, faz uma recensão de *O Delfim*, romance de Pires que acaba de aparecer. Considera, «sem esforço», o livro de Pires «tecnicamente perfeito». Mais explícito, diz que «a linguagem de Cardoso Pires conserva e apura as qualidades de rigor, economia e disciplina que sempre a distinguiram». Mas há um senão, e ele é sério. No conceito de Saramago, *O Delfim* denuncia algum fascínio, «um odor de saudade», pelo «marialvismo» (os termos hoje seriam ‘sexismo’, ‘machismo’), o que redundava numa patente «ambiguidade», numa «relação de amor-ódio» com o fenómeno.

José Cardoso Pires nunca apreciou ser conotado com o marialvismo, que ele achava, de resto, tema secundarizável no romance em questão.

Historiei, em dois números do *Jornal de Letras* de 1994, essa actividade crítica de Saramago, então já totalmente esquecida. Mas é para a curta memória das gentes que existem os historiadores. No atinente a essa recensão de *O Delfim*, comentei na altura: «Por uma vez com gravidade, a subtilidade abandonava o crítico. Não ocorreu a Saramago que, desde a primeira à última página, *O Delfim* é o corajoso funeral do marialvismo. E que, a cada assomo da ‘simpatia’, da ‘saudade’, mais ensombrado o féretro passa» (Venâncio, 2000, p. 45).

Não sei se Cardoso Pires reagiu em 1967, e certamente não o fez em público. Mas reagiu Saramago, em 1994, num dos *Cadernos de Lanzarote*. Chamou ao meu trabalho «arqueologia literária», o que era decerto apropriado. Sobre a sua longínqua actividade crítica, escreveu: «Apesar da minha inexperiência, e tanto quanto sou capaz de recordar, creio não haver cometido grossos erros de apreciação nem injustiças de maior tomo. Salvo o que escrevi sobre *O Delfim* do José Cardoso Pires: muitas vezes me tenho perguntado onde teria eu nesse momento a cabeça, e não encontro resposta...» (Saramago, 1995).

Tão díspares quanto possam ser a novelística de Saramago e a de Pires, um elemento os une e, mesmo, individualiza entre os escritores contemporâneos: um e outro cultivaram, com garbo, um narrador notavelmente interventivo. Vejamos exemplos disto em Saramago.

Ópera só em Lisboa, para vir o cinema ainda faltam duzentos anos, quando houver passarolas a motor, *muito custa o tempo a passar*,
Memorial do convento

De longe em longe, a mulher-a-dias faz-lhe solene declaração sobre a necessidade de limpar o pó dos livros, que, sobretudo nas prateleiras altas, onde se arrumam os que só muito

raramente são consultados, mais parece ser o depósito aluvial duma acumulação de séculos, um pó negro, como de cinza, que não se sabe donde vem, de tabaco não pode ser, que o revisor há muito que deixou de fumar, *é a poeira do tempo, e está tudo dito.*

História do cerco de Lisboa

É esta a nossa rua, o prédio está do lado esquerdo, mais ou menos ao meio, Que número tem, perguntou a mulher do médico, ele não se lembrava, Ora esta, então não é que não me lembro, varreu-se-me da cabeça, disse, *era um péssimo agoiro, se já nem sequer sabemos onde moramos, o sonho a tomar o lugar da memória, aonde iremos parar por este caminho.*

Ensaio sobre a cegueira

Em Cardoso Pires, o narrador interventivo é menos paternal, menos indulgente, e antes de tipo despachado, seco, mangão, de uma oralidade muito genuína, com investimento no discurso indirecto livre. Em *Dinossauro Excelentíssimo*, de 1972, uma magnífica sátira ao regime salazarista, achamos dois bons exemplos.

Onde se levantasse arraial, *era sabido*, aparecia padre.

Tudo dependia única e exclusivamente da Providência justiceira porque naquela terra a fortuna aparecia uma vez por outra, *e olha lá*, mas nunca pelo processo do suor no rosto.

De *Alexandra Alpha*, romance de 1987, respigam-se três exemplos.

Subiram ao miradouro de Santa Luzia. *Bonito, deixemo-nos de coisas.*

Ninguém diria, o Sebastião Opus Night a ir-se abaixo como um aprendiz de meias doses. *Mas ia, a verdade é para se dizer.*

Do volume de contos *A república dos corvos*, de 1988, mais estes cinco.

À passagem deixa cair um ou outro galanteio a esta e àquela. «Sua galdéria», «Sua aluada», mas nunca se vira para trás, *é o viras.*

A desfeita que a galinheira lhe fez deixou-o engalinhado, *é caso para dizer.*

Arregaçou as mangas e, *vai disto*, começou.

Portanto, a Travessa do Capitão tem o correr dos dias assinalado por ondas de vapor que a cegam durante momentos. *Pelo menos tinha.*

Isso não significava que se mostrasse mais acolhedor, *não se pense*.

O colorido das intervenções é diferente nos dois autores. Mas a 'atitude', essa *voz-off* sentenciosa e prazenteira que acompanha a narrativa, é exactamente a mesma. O narrador não abdica de um destacado papel lúdico no relato, exteriorizando-se num grau que diríamos compulsivo, roçando, não raro, o vulgar exibicionismo. Daí o risco que se corre, o de resvalar para algum maneirismo e de, mesmo renovando sempre as expressões, construir alguma previsibilidade, com perturbação do prazer da leitura.

*

Afirmar, há pouco, que a obra ficcional de José Saramago sugere a prossecução de uma 'utopia linguística ibérica', uma prossecução que deita raízes até António Vieira. Admito que estas afirmações são crípticas. Proponho-me, pois, esclarecê-las. Começemos pela observação do seguinte texto:

A palavra de Deus ressuscita os mortos, regenera os vivos, cura os enfermos, conserva os sãos, alumia os cegos, acende os túbios, farta os famintos, esforça os fracos, alegra os tristes, e anima os desesperados.

Um leitor português suspeitará tratar-se de uma passagem de algum sermão de Vieira. E compreende-se. Em português, quem senão ele se exprimiu assim, com esta imponência verbal, este gozo semântico, este cálculo, esta clareza? Mas não. O autor não é Vieira, nem sequer é de língua nativa portuguesa. Mais ainda: isto foi escrito e publicado, em Lisboa, um século antes de Vieira ter iniciado a redacção dos seus sermões.

O autor do trecho citado é Luís de Granada, o frade dominicano espanhol que em 1551 se fixou em Portugal e aí ficou até à morte, em 1588.

Luís de Granada era um mestre da oratória e da prosa de espiritualidade, reconhecido e venerado no Portugal do seu tempo. Certo: ele era um dos numerosos pregadores espanhóis que, durante todo o século XVI, ressoaram pelos templos portugueses, sempre em castelhano, a língua em que também faziam imprimir, para leitores portugueses, as suas prédicas. Luís de Granada é, neste particular, uma excepção. De resto, o texto citado figurava, não num sermão, mas num livro de espiritualidade, um *Compêndio de doutrina cristã*, publicado em 1559.

Não é, no presente contexto, importante saber se Granada escreveu, ele próprio, esse livro em português. Por mim, estou convencido de que não. O mais provável é que alguém o tenha traduzido de um original espanhol (aliás nunca encontrado), um tradutor quase sempre competente, que poderia ser um confrade seu. Tenho dois motivos fortes para defendê-lo. Primeiro, parece-me fora

de questão que um espanhol tivesse conseguido em meia dúzia de anos um tal domínio do português. Segundo, e espero que mais convincente ainda, é impensável que, tendo Granada atingido então tal domínio, nunca mais dele se tivesse aproveitado nos restantes 30 anos que viveu entre nós. Há uma terceira ponderação: não havia em Portugal qualquer tradição dessa prosa robusta e vibrátil, nem a haverá até surgirem Luís de Sousa, Rodrigues Lobo, Francisco Manuel de Melo, e sobretudo António Vieira.

O que pretendo sugerir é que os grandes prosadores do século XVII aprenderam essa arte em textos espanhóis. Nada de estranho. Rodrigues Lobo tinha um óptimo conhecimento do espanhol, o mesmo valendo para Vieira, e Melo era perfeito bilingue. Além disso, todos eles tiveram uma formação liceal jesuítica, em que os mestres da oratória espanhola, e Granada antes de todos, eram de estudo obrigatório.

Durante todo o século de Quinhentos e o de Seiscentos, o espanhol foi, em Portugal, língua de cultura e de consumo diário. Nela se exprimiam e publicavam quase todos os escritores, dos maiores aos mais pequenos. O historiador e ensaísta João de Barros, um dos grandes clássicos quinhentistas portugueses, é nisto um caso interessantíssimo. Não se lhe conhecendo nenhum escrito em espanhol, a sua linguagem revela um contacto íntimo com esse idioma. As suas obras juvenis, como o célebre *Clarimundo*, contêm numerosas primeiras ocorrências no português de vocábulos e fraseologia coincidentes com produtos já com larga circulação em Castela. Em suma: João de Barros *castelhanizava*, e assim continuaria a fazer. Tudo isto vale para Luís de Camões, também ele excelente conhecedor, e utente, de espanhol. A historiografia tradicional dá-nolo como grande ‘renovador’ do idioma, e ele foi-o, de facto, mas castelhanizando.

O português dos séculos XVI e XVII passou por uma profunda renovação lexical, indispensável para o seu funcionamento na agitação cultural que sacudia o mundo. Essa renovação poderia ter-se feito através do revigorar do acervo autóctone, de raiz galego-portuguesa. Os portugueses escolheram outro caminho. Aproveitaram a renovação que em Castela se fizera no século XV, produto duma intensa latinização e da exploração de virtualidades autóctones. Podemos lamentar essa opção dos meus antepassados. Pessoalmente, lamento-a, e teria preferido o caminho ‘galego’, garante de uma maior diferenciação face ao castelhano. Mas teria dado muito mais trabalho, e louvo os meus antepassados por essa visão ‘económica’. Para nossa felicidade, muito da velha cepa galego-portuguesa sobreviveu à voragem castelhanizante de Quinhentos e Seiscentos. Mas foi mais sorte que juízo.

(Trato, com pormenor, toda esta problemática num livro que preparo, *Fascínios de Castela. Como o espanhol mudou o português*. O essencial da questão, tive oportunidade de expô-lo num simpósio em Santiago de Compostela, em 2010. Desculpe-se, pois, algum primarismo na presente exposição).

António Vieira, repito, dominava bem o espanhol. Conhecemos dele, nessa língua, a longa *Carta Apologética* e alguns divertidos poemas. Sabemos que acompanhou de perto algumas

traduções de sermões seus para espanhol e supõe-se que ele próprio verteu para este idioma alguns que tinha pronunciado em italiano, em Roma. Conhecia, de resto, muito bem a oratória espanhola do seu tempo, e contra ela tomou posições duras.

Na sua escrita, bem timbrada e ‘moderna’, confluíram numerosos castelhanismos de recente data, introduzidos no nosso idioma pelos jesuítas que o precederam, com destaque para Luís Fróis e João de Lucena. Mas ele próprio introduziu bastantes novos, e eles contam-se por dezenas. Verdade é, também, que certas novidades vieirianas não convenceram a posteridade. Estão entre elas *desechar*, *desvalijar*, *muladar* ('esterqueira'), *nombramento*, *ojeriza*, *viudez*. Só em autores brasileiros *ojeriza* sobreviveu.

Três breves anotações. A primeira para lembrar que ainda não se digitalizou toda a obra de Vieira, e que os dados actuais são, portanto, provisórios. A segunda para sublinhar que algumas primeiras ocorrências de castelhanismos em Vieira podem ser ‘falsas primeiras ocorrências’. Um melhor conhecimento de textos anteriores poderá vir a corrigi-las. Mas há pouca probabilidade de o serem em número significativo. A terceira anotação toca um ponto mais decisivo. O êxito das novidades lexicais e fraseológicas vieirianas procedentes do castelhano há-de dever-se, sim, a alguma qualidade intrínseca. Mas foi decisivo o papel dos lexicógrafos e tratadistas posteriores, que rapidamente as sancionaram, isto é, as transformaram em vernáculo, em português castiço. E lembre-se que a palavra *castiço*, um espanholismo, nos soa intensamente portuguesa.

*

Que tem tudo isto a ver com Saramago? Muito. Também na obra ficcional saramaguiana se operou uma integração de materiais espanhóis: lexicais, fraseológicos, morfológicos, e mesmo sintácticos. Essa integração acelerou-se com *Ensaio sobre a cegueira*, de 1995, mas já antes era observável. Que Saramago dominava o espanhol, pelo menos de modo passivo, é indiscutível desde a tradução de *El cuento polaco*, aparecida em 1977 como *Contos polacos*, volume de 394 páginas. Podemos supor, ainda, que a leitura de Cervantes se fez, pelo menos em parte, no original.

Este tema da tradução dá azo a uma anotação com interesse, no contexto. Sendo a quase totalidade das muitas traduções de José Saramago feita do francês, é curioso verificar como toda a escrita do autor se manterá imaculadamente imune a derivas galicistas. Isto é menos estranho do que poderia julgar-se. Com efeito, os portugueses desenvolveram, no decorrer dos séculos XIX e XX, uma apertada vigilância face ao galicismo, acompanhada de uma rejeição que tocou, não raro, a histeria. O castelhanismo nunca foi objecto de qualquer vigilância. Pelo contrário, foi sempre tolerado, e por vezes irmanamente acolhido. Recordo aqui a posição de António Feliciano de Castilho, grande ideólogo linguístico. Escrevia ele, em 1862: «Na leitura do castelhano, se hoje em dia a frequentássemos, como cumpria, bem

fácil e bem agradavelmente pudéramos nós retemperar ainda hoje o bom falar vernáculo».

Ignoro se Saramago se deu conta da crescente castelhanização do seu português. Alertei para ela publicamente em 1995, voltei a fazê-lo em 2001 e em 2006, e é difícil imaginar que tudo lhe tenha passado despercebido. Facto é que nada disso pareceu jamais impressioná-lo. Quanto mais reflecto sobre a questão, mais conta me dou de que ela extravasa o domínio da ‘consciência’ ou do ‘querer’. A castelhanização progressiva da escrita ficcional saramaguiana tem, antes, de entender-se num contexto ideológico, favorecedor da integração política e cultural ibérica. No fundo, aquilo que já entusiasmará António Vieira. O programa vieiriano – fantasmagórico, mas não menos motivador – previa a criação de um português tão próximo quanto possível do castelhano, e por isso ‘iberizável’, uma condição para vir a ser, tal como o idioma de Castela, internacionalizado. A castelhanização do português, na pena de Vieira e na de Saramago, seria posta ao serviço de um sonho maior, a *iberização* do idioma.

*

Observemos alguns dados biográficos. Em 1986, logo após o aparecimento de *A jangada de pedra*, José Saramago conhece a jornalista sevilhana Pilar del Río. É já envolvido nesta relação que redige a *História do cerco de Lisboa*, de 1989, e *O Evangelho segundo Jesus Cristo*, de 1991. A mudança para a ilha de Lanzarote, nas Canárias, dá-se em 1993, e aí é produzido o *Ensaio sobre a cegueira*, saído em 1995. É com este romance que, repita-se, entra em aceleração a transferência de materiais castelhanos para o nosso idioma.

Essa transferência inclui novidades absolutas, e em breve veremos algumas delas. Nisto, Saramago procede exactamente como os castelhanizantes de Quinhentos e Seiscentos. Mas uma parte importante da absorção saramaguiana do espanhol faz-se num sector em que os quinhentistas e seiscentistas pouco puderam mexer, por motivos óbvios: o da semântica, e mais exactamente o da distribuição relativa entre sinónimos. Darei um exemplo.

Em 1572, um português introduz no nosso idioma uma palavra nova: *estupendo*. É Camões, nos *Lusíadas*. Ao mesmo tempo, outro português, o jesuíta Luís Fróis, no longínquo Oriente, faz o mesmo, e possivelmente adiantando-se a Camões. Também de Fróis sabemos que estava em íntimo contacto com o espanhol e nele sabia redigir. A tradicional História da língua faz a seguinte apreciação: *estupendo* é um latinismo, o português estava a latinizar-se. Ora as coisas não são bem assim. Camões e Fróis usam em português esse vocábulo, não porque é latino, mas porque faz parte, como vocábulo castelhano, da enciclopédia bilingue de uma vasta comunidade portuguesa. Trata-se, pois, de uma falsa latinização. Foi esse, constatamos, o trajecto natural de centenas de ‘latinismos’ então introduzidos no idioma. Eram correntes em Castela, a elite literária portuguesa conhecia-os,

utilizava-os quando se exprimia em espanhol, e era inevitável que eles aflorassem, um dia, no seu português. A transfusão de materiais entre idiomas é, sobretudo, obra de bilingues. Houve, decerto, uma latinização portuguesa exclusiva. Mas ela é, sob vários pontos de vista, modesta, e, o que é mais, em caso nenhum ela aproveitou ao idioma vizinho. As nossas relações linguísticas foram, ao longo de toda a história, profundamente assimétricas.

Inicialmente, *estupendo* tinha o valor latino de ‘assombroso’, ‘inaudito’. Em espanhol o valor foi derivando para ‘admirável’ e o vocábulo acabou por caracterizar tudo quanto é ‘muito bom’, acepção em que se tornou frequentíssimo, e mesmo a designação mais comum. Em português, a palavra adquiriu também o novo sentido espanhol, mas manteve uma baixa frequência, sendo ainda hoje de feição culta. Para algo ‘muito bom’, o português usa habitualmente *ótimo*, por sua vez pouco corrente em espanhol. Na prosa ficcional de Saramago, observamos o movimento seguinte:

Ocorrências de	<i>ótimo e estupendo</i>	
Manual	4	-
Objecto	2	-
Memorial	1	-
Ricardo Reis	1	-
Cerco	2	6
Evangelho	1	1
Cegueira	1	2
Caverna	2	1
Duplicado	1	3
Lucidez	-	4
Intermitências	-	6
	<u>15</u>	<u>23</u>

Há, assim, duas derivas paralelas: a decrescente de *ótimo*, rumo à inexistência, e a crescente de *estupendo*, vindo de uma inexistência. As estatísticas de Davies e Ferreira mostram a evidente predominância de *ótimo* na escrita portuguesa: 719 ocorrências no século XX, contra 96 de *estupendo*. Mas mesmo estes números são enganadores, visto reflectirem um acervo ‘escrito’. Na produção total portuguesa, a desproporção entre *ótimo* e *estupendo* é incomparavelmente maior. Mais inesperado é, portanto, que uma novelística assumidamente ‘oral’, como a de Saramago, se encaminhe para o cenário exactamente inverso.

Continuemos no terreno da distribuição de sinónimos. Para um português, é patente a frequência, em espanhol, dos verbos *equivocarse* e *lograr*. São verbos correntíssimos, em contraste com a situação no nosso idioma, em que são ‘cultos’, e praticamente inexistentes na oralidade. O que se observa em Saramago é uma

acentuada subida na frequência dos dois verbos. Isto significa que são crescentemente transferidos para um âmbito ‘oral’, numa convergência com os usos e frequências do espanhol.

Ocorrências de *equivocar e lograr*

Manual	1	1
Objecto	-	-
Levantado	-	-
Memorial	-	-
Ricardo Reis	-	2
Jangada	1	-
Cerco	2	4
Evangelho	-	2
Cegueira	1	2
Nomes	3	6
Caverna	3	4
Duplicado	4	4
Lucidez	2	8
Intermitências	6	3
Elefante	2	6
Caim	3	3

Essa convergência com o espanhol é acompanhada pela sua contrapartida, também ela sistemática: o desbaste daquilo que diferencia os dois idiomas. Já vimos o que aconteceu com *óptimo*: dá-se um recuo, e por fim um desuso, de uma peculiaridade portuguesa. O desuso afectou, também, o advérbio *consoante* (conforme), inexistente em espanhol. É um exemplo, mas é particularmente eloquente, visto esse advérbio ter tido, nos primeiros romances de Saramago, uma utilização marcadamente elevada, quando comparada com os usos correntes portugueses.

Ocorrências de *consoante adv.*

Manual	8
Levantado	17
Memorial	10
Ricardo Reis	8
Jangada	6
Cerco	2
Evangelho	5
Cegueira	4
Nomes	2
Caverna	8
Duplicado	2
Lucidez	2
Intermitências	1

Elefante	1
Caim	0

Movimentos semelhantes se observam no terreno da fraseologia. Vejamos um exemplo. Quando um português acha que certa expectativa ou exigência exorbita do razoável, exclama *Era o que faltava!* O seu vizinho espanhol brada *¡No faltaría más!*

Localizei as ocorrências, em Saramago, dessas exclamações quando ‘puras’, isoladas, deixando de lado, para melhor contraste, os casos em que elas se inscrevem num conjunto maior («era o que faltava partir-se o pouco que temos», «era o que faltava morrerem estes», «era o que faltava se ias ofender a memória dos nossos avós»). O resultado da pesquisa foi este: a exclamação portuguesa, *Era o que faltava*, cede lugar à hispanizante, *¡No faltaría más!*

era o que faltava	<i>Levantado</i>
era o que faltava	<i>Levantado</i>
era o que faltava	<i>Levantado</i>
era o que faltava	<i>Levantado</i>
era o que faltava	<i>Levantado</i>
era o que faltava	<i>Levantado</i>
era o que faltava	<i>Levantado</i>
era o que faltava	<i>Memorial</i>
era o que faltava	<i>Ricardo Reis</i>
era o que faltava	<i>Caverna</i>
era o que faltava	<i>Caverna</i>
era o que faltava	<i>Caverna</i>
não faltaria mais	<i>Caverna</i>
não faltaria mais	<i>Duplicado</i>
não faltaria mais	<i>Intermitências</i>
era o que faltava	<i>Elefante</i>
não faltaria mais	<i>Elefante</i>
não faltaria mais	<i>Caim</i>

Novo exemplo. Um espanhol que se viu, a contra-gosto, na obrigação de, digamos, pagar uma multa, dirá *No tuve más remedio que pagar*, ou, menos frequentemente, *No tuve otro remedio que pagar*. Um português na mesma situação dirá *Não tive outro remédio senão pagar*. Em Saramago, esta construção portuguesa (com *senão*) é uma raridade, enquanto o decalque das duas construções espanholas (com *que*) claramente domina. No quadro abaixo, indicam-se igualmente, à esquerda, as ocorrências em português e em espanhol nos dois últimos séculos, segundo os *corpora* de Davies e Ferreira.

XIX	XX		Saramago
13	28	outro remédio senão	7

1	1	mais remédio senão	0
0	1	outro remédio que	49
0	1	mais remédio que	21
4	1	otro remedio sino	
4	0	más remedio sino	
79	10	otro remedio que	
231	139	más remedio que	

No âmbito da deriva semântica, há um exemplo extraordinário, que aqui me limito a assinalar, já que o seu tratamento exigiria uma observação demorada dos contextos. Trata-se do valor de *certo* numa sequência como *não é certo*. Ela equivale ao espanhol *no es seguro*, enquanto o espanhol *no es cierto* significa em português *não é verdade*. Ora bem, a partir de *Todos os nomes*, de 1997, o nosso autor usa *não é certo* com o valor de *no es cierto*. Para tornar o tema, se possível, mais aliciante, há ainda uma fase – correspondente aos romances *O homem duplicado* e *Ensaio sobre a lucidez* – em que *não é certo* significa realmente *não é certo*, mas em que se diz sempre *É possível, não é certo* – como se a expressão portuguesa necessitasse de uma glosa para segurar-lhe o sentido. Depois, em *Caim*, o último romance, de 2009, *não é certo* volta a significar, erradamente, ‘não é verdade’.

Alguns comentários intercalares. Um primeiro para acentuar esta progressiva confluência com o espanhol num autor que, pela temática ficcional, associaríamos a uma genuinidade portuguesa. É menos paradoxal do que poderia supor-se. Tradicionalmente, as aquisições ao espanhol, uma vez esquecida a fonte, foram sentidas como deveras genuínas, como pertencentes ao mais lídimo vernáculo português. Com efeito, sempre entre nós se observou uma capacidade para rapidamente assimilar o espanhol, para rapidamente o transmutar em vernáculo. É uma operação alquímica ou, mais chãmente, uma ‘digestão rápida’. Observou-se sempre, também, a ausência de mecanismos de vigilância e de rejeição, além do pronto esquecimento da origem dos materiais. Ouso pensar que, se fosse pedido a um hipotético linguista, no Portugal do ano de 1700, um comentário à patente castelhanização da escrita de Manuel Bernardes, então o nosso maior prosador vivo, esse linguista teria respondido: ‘Não, trata-se de uma natural evolução do português’.

A recepção de José Saramago parece inscrever-se neste exacto contexto. Assim poderá explicar-se, nos inúmeros comentadores portugueses e brasileiros de Saramago, a ausência de qualquer alusão a esta deriva alienígena de um dos nossos maiores escritores. Há-de explicar-se, também, a nenhuma impressão que os meus vários alertas fizeram. É, autenticamente, como se, assinalando estes factos, eu me movesse numa realidade paralela, numa ficção científica de fabrico próprio. Essa cegueira, e essa objectiva negação, elas são um dado cultural de primeira ordem, inscrito no quadro, bem mais vasto, da grande cegueira sobre a nossa castelhanização histórica, processo silenciado por portugueses e brasileiros, mas também por publicistas e investigadores estrangeiros que se ocuparam do léxico português.

Estou a pensar particularmente em Paul Teyssier e em Dieter Messner, dois estudiosos a quem muito devemos. Só com mil cuidados abordam o assunto, como se receosos de ofenderem o brio nacional português.

Um segundo comentário. É conhecida a nossa tendência para uma concepção *essencialista*, a-histórica, do português, uma concepção que, de resto, sempre reinou em Espanha, também, no atinente à língua do Estado. Trata-se de simples ideologia nacionalista, muito atreita a mitos. E um dos mitos portugueses é a fundamental originalidade da língua portuguesa, directa e virginalmente saída do seio latino. Ao galego, raiz do português, não é reconhecido qualquer papel. O espanhol só o tem se anedótico, e portanto tranquilizador.

Um terceiro comentário, ainda. Sei que, quando trato destes assuntos, há sempre, no espírito do leitor, ou ouvinte, um fantasma que lhe segreda: «Está bem. O português absorveu muitos castelhanismos. Mas houve o movimento recíproco. O espanhol adoptou, também ele, palavras portuguesas». É, repito, um fantasma, embora benigno, já que apostado em devolver alguma justiça ao mundo. Só que a realidade é bastante mais cruel. Sim, o espanhol integrou, no decurso da História, materiais portugueses. Mas foram sempre poucos e estão, na maioria, marginalizados ou tecnicamente perdidos. Enquanto o português faz, hoje, uso corrente de largas centenas de vocábulos adoptados do idioma vizinho, o espanhol diário não conta mais que três vocábulos provenientes do extremo ocidente da Península: os verbos *despejar*, *afeitar* e *enfadar*. São habitualmente designados como ‘lusismos’, podendo também ser galeguismos. Mas repare-se. O português *despejar* significa hoje, quase só, ‘verter um líquido’. O antigo valor de ‘desimpedir’ passou ao espanhol, onde *despejar* é ‘aclarar’, ‘desanuviar’. Um espanhol diz *Hoy tenemos cielos despejados*, um português *Hoje temos céu limpo* (e um galego *Hoxe temos ceo limpo*). Quanto a *afeitar*, tornou-se em espanhol de uso diário, significando ‘fazer a barba’, enquanto em português já desapareceu há séculos e nunca significou isso. O caso de *enfadar* é mais intrincado ainda. Não só se deu uma divergência semântica (em espanhol significa ‘suscitar ira’, em português ‘suscitar tédio’), como houve ainda, ao longo dos séculos, um vaivém de derivados de *enfadar* entre os dois idiomas. Em suma: a presença do português no idioma vizinho é bastante módica (cf. Venâncio, 2008a). Em feliz compensação, alguns lusismos entraram recentemente em espanhol, como *capoeira* e *caipirinha*, de procedência brasileira.

*

Observámos em Saramago exemplos de interferência lexical, semântica, morfológica, fraseológica. No campo da morfologia, pode sublinhar-se o progressivo desaparecimento do infinito pessoal, com crescente recurso ao subjuntivo, recurso para nós deselegante e monótono, mas em espanhol o único possível. Esta perda já se vai verificando no galego oral, por uma habituação ao espanhol circundante, e ameaça qualquer português ou brasileiro em semelhante

ambiente. Eis alguns exemplos, respigados de *A viagem do elefante*, de 2008:

«Aconselho-te a *que não fales* lá fora desta conversaço» (em vez de ‘não fales’)

«o que eu quero dizer é que *antes que* os porcos *tivessem* caído» (em vez de ‘antes de... terem’)

«o mais provável é *que instalem* o acampamento fora das muralhas» (em vez de ‘instalarem’)

«a possibilidade de *que nos apareçam* pela frente excepções» (em vez de ‘nos aparecerem’).

Mas – seríamos levados a pensar – restaria sempre um terreno incontaminado, impossível de subverter: o da sintaxe. Pois bem, também aí o espanhol entrou e fez das suas. Concentremo-nos num caso com algo de espectacular: o decalque do pronome neutro *lo* seguido de adjectivo (variável em género e número), ou de advérbio, mais o pronome *que*. Esta construção é gramaticalmente inaceitável em português. Como noutros casos, tudo começa em *Ensaio sobre a cegueira*.

<i>o primeiro que</i> fiz foi ir a todas as casas	Cegueira
<i>o primeiro que</i> há que fazer é soltá-lo,	Caverna
<i>o único que</i> nos sai da boca é a pergunta,	Duplicado
<i>o jovens que</i> são	Duplicado
<i>o maravilhoso que</i> seria se me telefonasses	Duplicado
<i>o estupendo que</i> havia sido	Lucidez
<i>o retorcido e maligno que</i> é o espírito	Intermitências
<i>o malvados que</i> são	Intermitências
<i>o bem que</i> o seu violoncelista tocou	Intermitências
<i>o bonita que</i> te vejo	Intermitências
<i>pelo bem que</i> soam juntas	Elefante
<i>com o aborrecido que</i> aquilo era	Caim

Uma construção como *lo jóvenes que son* corresponde ao português ‘como’ ou ‘quanto são jovens’, ou ‘que jovens são’, ou mesmo ‘quão jovens são’. A construção *lo bien que suenan juntas* pode ser vertida por ‘como soam bem juntas’, ou ainda, com algum sabor antigo, ‘quão bem soam juntas’. Mas sequências como *o jovens que são* ou *o bem que soam juntas* são impossíveis. Quem as produz demonstra que ‘pensa em espanhol’ ao escrever português.

Essa sensação de ouvir José Saramago pensando em espanhol vai-se acentuando a cada novo romance. Os decalques de construções espanholas vão-se, de livro para livro, acumulando. Tudo se passa como se ele, ao mesmo tempo que aprendia os mecanismos

expressivos espanhóis, fosse *esquecendo* os moldes próprios, distintivos, da sua língua materna. Destacamos alguns em *Ensaio sobre a lucidez*, de 2004, fornecendo o original de Saramago, a óbvia correspondência em espanhol e a forma portuguesa que podia esperar-se.

Chame-me ao telefone móvel,
Llámeme al teléfono móvil,
Ligue-me para o telemóvel,

Já veremos como isto acabará,
Ya veremos como esto acabará,
Vamos ver como isto acaba,

Em honra à verdade,
En honor a la verdad,
Para ser sincero,

Não o creia,
No lo crea.
Está enganado.

pelas boas ou pelas más
por las buenas o por las malas
a bem ou a mal

se davam pressa em levar
se daban prisa en llevar
se apressavam a levar

não seja que eu tenha de vir
no sea que yo tenga que venir
não aconteça eu ter de vir

se mal não recordo
si mal no recuerdo
se bem me lembro

Encerramos com a lista das novidades trazidas por *A viagem do elefante*, de 2008, o penúltimo romance de Saramago.

Espanholismos inexistentes em português: malviver, rezo, manda-mais, ensilhar, cornamenta, desbandar, reempreender, causante, entramado, olvidadiço

Espanholismos desusados em português: pago, olor, suspeitosamente, rompível, valeroso, chufa, gualdrapa, malgastar, arroio, rizar, prebendado, descomposição, alude, sudoroso, desembocadura

Fraseologia espanhola: os de a pé, dar de corpo, em nada de tempo, seja como seja, ler de corrido, tomar cartas, sobre as doze do meio dia, em realidade, cada vez a pior, ao parecer, ir de companhia, em pago, dá o mesmo, em áustria [sic]

Semântica espanhola: enfadar, enfado, despejar, vizinhos, prosperar, valor, equipagem, assear, naipes, romper, moléstia, sucesso, propina

*

Este hispanizante José Saramago é, no quadro português actual, um caso isolado, sendo já de si um caso extremo. Estas duas circunstâncias tornam-no marginal, inofensivo. Mas isso não despreza o significado dos factos. Com efeito, aqui se repetem os vários mecanismos históricos da castelhanização portuguesa: uma rápida assimilação, uma ausência de rejeição, uma desatenção do processo, uma assimetria brutal. Neste sentido, o caso saramaguiano vale como aviso à navegação. Os mecanismos históricos podem, a qualquer momento, ver-se revitalizados, pondo em marcha o que hoje julgaríamos impensável.

Ignoramos o que trariam, a Saramago, mais dez anos de vida feliz e, a nós, mais cinco romances seus. Mas a deriva que aqui se desenha permite supor que a convergência com o espanhol iria prosseguir sem fim à vista.

Para um historiador da língua, isto transporta-nos ao século XVII. O cenário era comparável. Mesmo nos melhores autores, prefigurava-se uma crescente confluência com o idioma de Castela, com abandono das peculiaridades autóctones. O português caminhava a passos largos para uma dialectização pelo espanhol. Pelos anos de 1690, Manuel Bernardes, o grande ‘paladino do idioma’ da história oficial, o continuador de Vieira (como este mesmo disse), prosseguia na transferência de materiais do espanhol, que, no dizer dele, «para nós é quase o mesmo idioma». Os autores que Bernardes aduz, às dezenas, são praticamente todos espanhóis. Atente-se bem: já se passara meio século desde a restauração política de 1640.

Vários factores, linguísticos e culturais, embargaram o avanço à desgraça. Entre eles, a morte da última geração bilingue, o ‘culteranismo’, que transformou o espanhol de idioma de prestígio em extravagância, e a descoberta do classicismo francês.

José Saramago foi um ficcionista de eleição, um dos prosadores de topo na literatura portuguesa (e possivelmente também mundial) de todos os tempos. Mas, linguisticamente, inscreve-se numa história que não é propriamente a do sucesso. Somos tentados a sugerir que o seu arraigado seiscentismo, esse que lhe penetrou até ao tutano, foi mais efectivo do que ele jamais suporia. Não contando já com essa estranhíssima tolerância que os portugueses desenvolveram face ao espanhol, o seiscentismo pode ter criado em José Saramago uma suplementar predisposição para abrir as portas ao idioma vizinho.

Com alguma *blague*, diríamos que o jornalista António Vieira e a oradora Pilar del Río conspiraram para eficazmente o castelhanizar.

O significado último que dei a tudo isto – o de um idioma ibérico como utopia implícita – é, decerto, especulativo. Que se saiba, nunca Saramago associou os seus sonhos políticos ibéricos a uma convergência linguística com o espanhol, convergência em que decerto colaborou, mas provavelmente sem consciência disso.

Parece-me, contudo, haver uma conexão *objectiva* dos dois planos. Sabe-se que José Saramago não alimentava reservas mentais no referente à integração política de Portugal num conjunto peninsular. Ora, o cuidado de manter um distanciamento linguístico face ao espanhol seria já um tipo de reserva. Semelhante preocupação estava também, como vimos, ausente nos nossos seiscentistas.

O resultado dessa ausência de objecção mental está à vista: Saramago deixou-se ir, ele também, ao sabor do espanhol. Podemos, até, supor que, ao sentir – ao sentir *dentro* – o português cada vez mais próximo do idioma do Estado vizinho, ele visse mais realizado esse grande sonho ibérico, que era o seu.

Bibliografia

Baptista-Bastos, 1996. *José Saramago. Aproximação a um retrato*. Lisboa: Dom Quixote

Ferreira, Patrícia Isabel Martinho, 2009. *O elogio do barroco em 'Memorial do Convento'*. Coimbra: Faculdade de Letras

Gómez Aguilera, Fernando (org.), 2011. *José Saramago nas suas palavras*. Lisboa: Caminho

Lopes, João Marques, 2011. *José Saramago. Biografia*. Lisboa: Guerra e Paz

Lopes, Óscar, 1986. *Os sinais e os sentidos. Literatura portuguesa do século XX*. Lisboa: Caminho

Mark Davies, *Corpus del español*, www.corpusdelespanol.org/x.asp

Mark Davies & Michael J. Ferreira, *O corpus do português*, www.corpusdoportugues.org/x.asp

Portela, Artur (org.), 1991. *Cardoso Pires por Cardoso Pires*. Lisboa: Dom Quixote

Reis, Carlos, 1998. *Diálogos com José Saramago*. Lisboa: Caminho

Saraiva, António José, 1996. *O discurso engenhoso. Ensaios sobre Vieira*. Lisboa: Gradiva

Saramago, José, 1968. «Quem gosta deste mundo?» [sobre *O Delfim*, de José Cardoso Pires], *Seara Nova*, Outubro

Saramago, José, 1995. *Cadernos de Lanzarote*, II. Lisboa: Caminho

Silva, João Céu e, 2009. *Uma longa viagem com José Saramago*. Porto: Porto Editora

Venâncio, Fernando, 2000. *José Saramago. A luz e o sombreado*. Porto: Campo das Letras

---, 2002. *Objectos achados. Ensaios literários*. Porto: Caixotim

---, 2008a. «Lusismos e galeguismos em espanhol. Uma revisão dos dados», *Phrasis*, 49, pp. 109-122

---, 2008b. *Último minuete em Lisboa*. Lisboa: Assírio & Alvim

---, 2012. «O espanhol proveitoso. Sobre deverbais regressivos em português», *Santa Barbara Portuguese Studies*, XI, pp. 6-41